

Os Desafios do Ensino Superior no Brasil

Hernan Chaimovich



Texto disponível em www.iea.usp.br/observatorios/educacao

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Os Desafios do Ensino Superior no Brasil

*Hernan Chaimovich**

Começo agradecendo o convite para proferir esta conferência, distinção que muito me honra. Este agradecimento inclui, também, a enriquecedora experiência de reflexão e aprendizado propiciada pela análise dos textos dos conferencistas desta temática semestral. Revendo os textos sobre Os Desafios do Ensino Superior no Brasil noto uma universidade que volta o seu olhar sobre si mesma, e, ao fazê-lo, foge do lugar comum e transforma o debate.

O tratamento dado a este tema, escolhido com sabedoria e senso de oportunidade pelo IEA, demonstra que a USP é uma universidade viva, firmemente inserida na realidade.

Boa parte do debate atual sobre universidade na sociedade brasileira começa a partir da apresentação de um projeto de reforma da universidade numa crítica a um pré-pré- anteprojeto de lei. Grande parte da discussão trata de contradições internas, pontuais ou não, do próprio pré-projeto. Observamos dissensão sobre forma do texto; lançamento de pedras, físicas ou ideológicas, vindas da sociedade ou do próprio Ministério; discordâncias sobre o conteúdo, desconstruções legalistas ou mudanças de redação.

Em contraposição, os conteúdos dos artigos que vou comentar resistem à pressão das simplificações e transformam o debate sobre um projeto numa reflexão acadêmica sobre a própria idéia de Universidade. Ao assim fazê-lo os autores também separam com clareza a análise sobre Universidades de um outro tema, o Ensino Superior como sistema.

Todo o material que vou analisar hoje está disponível no site do IEA. Estes textos possuem um potencial de transformação que decorre da densidade da reflexão acadêmica, papel precípuo de uma Universidade.

Para tentar permanecer no tempo planejado prefiro ler este texto, ajudado por transparências que mostram o nome do autor e o título de trabalho, acompanhado de temas floridos.

Lembro destarte um tema introduzido por Franklin Leopoldo e Silva que descreve, com precisão, a impossibilidade de analisar um tema complexo como este sem referências ao tempo presente. Diz o autor: "Mesmo no historiador profissional, que almeja uma visão

* Hernan Chaimovich é diretor do Instituto de Química da USP, diretor da Academia Brasileira de Ciências e membro do Conselho Deliberativo do IEA. Foi pró-reitor de Pesquisa da USP.

a mais objetiva possível do passado, descomprometida com qualquer outra meta além do conhecimento, a atualidade, sendo sempre o lugar de onde fala e a partir de onde se dirige ao passado, não pode deixar de aparecer como critério orientador e, mesmo, de termo de medida da compreensão que se pretende". Assim, não se espere de mim, uma análise por demais objetiva. Ao apresentar, numa palestra, um conjunto tão rico de reflexões, resgatando alguns elementos de cada texto, faço um exercício de escolha e síntese a partir da perspectiva de meus próprios conceitos, ou preconceitos. Esta apresentação mistura análise, da qual me responsabilizo, com trechos dos textos originais que ao longo da exposição poderá ser identificada. Esta diferenciação pode estar obscurecida no calor da apresentação. Contudo a correção do vernáculo pode, quiçá, servir para diferenciar entre as duas vertentes.

O texto de Franklin Leopoldo e Silva, "Universidade: A Idéia e a História", começa analisando a história como processo: "não cabe entendê-la como natural e inevitavelmente dada". Pretende-se, neste contexto recuperar a riqueza do passado incluindo as contradições evidentes a todo tempo e, sobretudo a riqueza das escolhas possíveis a cada instante. E, portanto tudo não é como deveria ser, simplesmente é a consequência de opções perante realidades que sempre são mutáveis.

Assim, o mal estar sempre esteve presente nas universidades, criadas pelo poder e destinadas a enfrentar, pela sua própria natureza o próprio poder que as criou e que, quando públicas, as mantém. O mal estar da universidade, para alguns, seria simples *consequência de corações nostálgicos aprisionados no interior de uma idéia fixa e a-histórica, de universidade.*

Vale a pena se perguntar se este mal estar não é, simplesmente, parte da própria idéia de universidade. Esta instituição precisa, entre outras coisas e ao mesmo tempo, ser contemplativa e crítica, manter distância para ver o todo e se aproximar à realidade imediata, formar o jovem e cultivar o passado, preservar tradições e quebrar paradigmas, tratar da técnica e pensar os limites éticos da tecnologia. Viver este universo rico, complexo e contraditório, mantendo a integridade da instituição causa, sim, mal estar.

Nesta construção contínua da universidade a noção de progresso, como direção única a seguir, é contrária à própria natureza da liberdade de pensamento, que recusa, ou deveria se recusar, a imposição de direções. Cremos, firmemente que se acompanhamos o progresso não corremos riscos. E aqui, sem comentar, adiciono uma das conclusões do autor: "esta é a razão pela qual nos alienamos e alienamos nosso trabalho ao ritmo próprio da racionalidade técnica e a expansão totalitária da tecnociência (...) daí a tendência à

conciliação e à incorporação do pensamento único, o desprezo da diferença no qual se inscreve o esquecimento da tradição”.

Hoje, aqui e agora, Brasil, 2005, podemos notar um descompasso entre a(s) ponta(s) do desenvolvimento na pesquisa e a consciência que a Universidade tem de si mesma. Se não vejamos. É na universidade pública brasileira que se realiza a melhor pesquisa, a criação de conhecimento que nos mantém contemporâneos com a ciência e a tecnologia global. Por outro lado, o debate sobre a reforma em geral evita afirmar que a falta de consciência sobre a natureza da universidade permite que se discuta um anteprojeto onde a pesquisa deixa de ser elemento diferenciador numa universidade.

Em mudança contínua, a universidade sobrevive quase um milênio, recria a sua época, sendo ao mesmo tempo uma criação de seu tempo. Patrocínio estatal e autonomia inerente ao processo de conhecer são algumas das contradições da universidade, *nascida à sombra de poderes que ela estava destinada a questionar*.

A universidade pode e deve estar sempre um pouco fora do seu tempo histórico, não para negar o presente, muito menos para deixar de imaginar o futuro, mas para que hegemonias do presente "sejam repensadas como questões, e tornados temas relativos a um espaço político-institucional construído e mantido de acordo com um interesse fundamental: a liberdade de reflexão como critério ético de ação conseqüente".

O texto do Gerhard Malnic sobre O Futuro da Universidade Pública nos lembra a construção deste sistema. Em perspectiva histórica, não há como deixar de reconhecer que em muitos campos do conhecimento o Brasil mudou graças a um conjunto de universidades públicas, que num espaço de tempo curto fizeram com que o país profissionalizasse a atividade de pesquisa criando condições para que o fazer acadêmico passasse a fazer parte da formação e ocupasse um lugar no mundo. Reconhecendo a heterogeneidade interna do sistema de universidades públicas o autor afirma que o sistema deve ser preservado e ampliado. E, dentro desta concepção julga que a questão da autonomia tem um papel central.

Como discute Malnic, à parte mais bem sucedida do sistema de universidades públicas, além da formação de um número relativamente reduzido de estudantes, foi alcançado na pesquisa. E a pesquisa, neste modelo, está indissolúvelmente relacionada com o crescimento da pós-graduação, tema tratado por Francisco César de Sá Barreto analisando O Futuro da Pós-Graduação brasileira. Neste texto se analisam, em detalhe, as relações entre a pós-graduação, a evolução dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e a CAPES. Usando uma seqüência de indicadores histórico-evolutivos o autor mostra a

interdependência entre a expansão do sistema, a evolução dos mecanismos de avaliação e o financiamento. Ao se referir ao futuro Sá Barreto toma como referência o Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010. Destaco alguns elementos deste plano. Flexibilização do modelo (Mestrado antes do Doutorado, rigidez do sistema de avaliação). Solução para as assimetrias (Regionais, entre áreas do conhecimento). Mas, além destes elementos, existe no PNPG uma clara decisão pela expansão do sistema, que creio ser a linha mestra do plano. Seria de grande interesse entender se a proposta de expansão é, como diria Franklin Leopoldo e Silva, um passo natural na direção do progresso ou, alternativamente, uma questão a ser debatida conjuntamente com projetos de desenvolvimento do ensino e políticas industriais no país. Os propósitos explícitos da expansão da pós-graduação estão dirigidos à capacitação de Corpo Docente para as IES, os Professores de Educação Básica, a especialização de Profissionais, a formação de técnicos e a formação de Pesquisadores. Pode-se apreciar, portanto, uma proposta de mudanças substantivas na pós-graduação, onde nos próximos anos se enriquece e diferencia o sistema para incluir trilhas não acadêmicas. O plano descrito na contribuição de Sá Barreto inclui mecanismos e financiamento. Assim os objetivos delineados seriam atingidos mediante a ampliação seletiva de Programas segundo políticas estratégicas nacionais. Resta ver qual o foro de definição destas políticas. O setor empresarial, público e privado, estaria contemplado pela inclusão de Mestrados Profissionais, em consonância com a intenção de diferenciar o sistema. Parcerias e consórcios, Fundos Setoriais e outros mecanismos teriam que ser usados para um projeto cujo custo estimado nos cinco anos é de 1.6 bilhões adicionais.

Eunice Durham nos fala sobre A Autonomia Universitária, sua Extensão e seus Limites. Partindo de uma análise histórica das universidades podem-se apreciar os pressupostos da autonomia. Ao descrever os processos de diferenciação dos sistemas de ensino superior no mundo e comparar com a situação brasileira, Eunice nos lembra da perda de oportunidades, como a oferecida pela LDB de 1996. Não resisto à tentação de lembrar um artigo que escrevi nos idos de 1997, cujo título é "Oportunidade de Mudanças", onde, analisando a LDB, afirmava que a lei era um desafio que a universidade pública brasileira poderia, ou não, aproveitar para realizar mudanças profundas visando torná-la mais competente, mais eficiente e mais integrada na sociedade que a sustenta. Terminava o artigo, e a frase parece divertida ao lê-la hoje: Formação flexível e diversificada, menos conhecimento e mais capacidade de continuar aprendendo são as exigências dos tempos. Em dez anos, pouco o quase nada se alterou. Na perspectiva das oportunidades perdidas é claro para mim que a falta de análise sobre o potencial de

diferenciação permitida pela LDB nos conduz ao ponto onde estamos. Será de interesse, agora para um historiador, analisar as contradições que levaram ao marasmo, mesmo com a riqueza daquilo que poderia ter sido.

O tema da diferenciação do ensino superior é levantado no texto. Nunca é demais precisar o que se entende por esta categoria usando um exemplo onde a diferenciação já é tradicional. O Estado da Califórnia, nos USA, garante, a todo residente o formado pelo ensino secundário uma vaga no ensino superior. O que muitas vezes não se explicita, depois desta afirmação, é que o mesmo Estado NÃO garante que a vaga será na Universidade da Califórnia em Berkeley ou em Santa Bárbara. Além das Universidades de pesquisa de classe internacional existe na Califórnia um complexo sistema de ensino superior que compreende Escolas Comunitárias onde se podem obter uns títulos em dois anos, Escolas onde se podem obter títulos em quatro anos e não existe pesquisa até as Berkeley, Stanford e UCLAs. Uso o exemplo da Califórnia, pois neste Estado as políticas de diferenciação do sistema de ensino superior e de inclusão social afirmativa foram implantadas sem sacrifício de qualidade. Mas, isto dito, devemos também afirmar que a cultura desse estado não é bacharelesca, que título conta menos que habilidade para exercer um papel na sociedade e que os preconceitos não incluem o desprezo pelos técnicos.

O texto de Eunice afirma que "a questão da autonomia é muito mais complexa do que geralmente se pensa e que é necessário ultrapassar os limites demasiado estreitos do debate atual para formular um projeto de reforma que a contemple de modo adequado". Discutir autonomia para uma universidade de classe internacional não pode, a meu ver, ser misturado à discussão de autonomia para uma escola que forma em dois anos. E aqui não há juízo de valor, isto é, num sistema existem partes com igual importância, mas que ocupam lugares distintos e, portanto, autonomia deve ser diferente num e outro caso.

O tema da autonomia é retomado por Nina Ranieri em seu trabalho "Aspectos Jurídicos da Autonomia Universitária no Brasil" onde ela nos brinda com uma análise da evolução do conceito de autonomia universitária nas normas legais brasileiras, faz uma análise crítica da Proposta de Anteprojeto de Lei apresentado pelo Ministério de Educação, compara as propostas com a situação anterior a 1988, à própria Constituição e a LDB de 1996. *Autonomia indica a competência de autonormação. A possibilidade de dar-se um ordenamento jurídico que consiste em poder funcional derivado, circunscrito ao peculiar interesse da entidade que o detém e, portanto, limitado pelo ordenamento geral em que se insere, sem o qual, ou fora do qual, não existiria.* E nesta definição densa cada palavra tem um sentido, responde uma pergunta e precisa um conceito. Para mim, hoje, depois de ter

lido livros que a Dra. Ranieri publicou sobre o assunto o sentido é claro. Autonormação limitada pelo ordenamento geral onde a universidade se insere descarta qualquer confusão possível entre autonomia e soberania. A definição indica que a Universidade pode, e a meu ver deve, exigir que os concursos docentes de ingresso sejam realizados usando critérios acadêmicos próprios, pois o poder funcional derivado está, neste caso, claramente circunscrito ao particular interesse da Universidade.

O art. 207 da Constituição indica que as esferas de atuação autônoma das universidades incluem as dimensões didático-científicas, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Contudo a autora nos lembra que, no Brasil de hoje, "o Direito, na área educacional, é utilizado como técnica de formalização e não como concepção de sociedade, o que possibilita a preservação da política e na prática educacional, das características centralizadoras do federalismo brasileiro, no qual há pouco espaço para entes essencialmente autônomos como é o caso das universidades".

Se o direito pode ser utilizado como ferramenta de formalização, dentro da própria universidade, às vezes, parece não se compreender que a autonomia está limitada pelo ordenamento geral em que se insere, sem o qual, ou fora do qual, não existiria. A pretensão de ultrapassar o ordenamento jurídico onde a universidade se insere conduz a soberania, ultrapassando os limites da autonomia. Dentro desta visão de universidade soberana se inserem as propostas que visam identificar, no Brasil, o financiamento à pesquisa e a pós-graduação pela multiplicidade de Agências financiadoras com perda de autonomia. Friso Brasil porque a negação da realidade faz parte da confusão ideológica neste tema. Dentre muitos países em desenvolvimento o Brasil consegue nas últimas décadas construir um sistema plural de financiamento à ciência e pós-graduação. A pluralidade do sistema, que inclui diversos órgãos federais e alguns estaduais que funcionam, dá lugar a uma multiplicidade de fontes de financiamento para bolsas e pesquisa em todas as áreas do saber. Em geral as decisões nestas agências são tomadas por membros do corpo docente das universidades públicas deste país. Em princípio as agências têm especificidade e julgam projetos dentro da suas áreas de interesse. Acusar este sistema de ferir a autonomia de criação da universidade é, no mínimo, uma expressão de desconhecimento, não só da realidade brasileira, mas, muito mais ignorância do mundo. Longe de ser desinstitucionalizante este modelo plural de financiamento ajudou a construir algumas universidades autônomas, onde a liberdade individual de criação não depende do favor do poder local. Poder local este que, muitas vezes, não se relaciona com a capacidade acadêmica dos que o detém.

Autonomia das Universidades Públicas é tratado pelo Roberto Leal Lobo e Silva Filho num artigo onde se analisa a conquista da autonomia pelas universidades públicas paulistas e se mostram os resultados dessa autonomia. A partir dessa perspectiva o Prof. Lobo nos mostra a sua visão sobre os componentes necessários para projetos de autonomia do sistema universitário público. Dentre eles destaco alguns. Às esferas constitucionais que definem autonomia, o texto adiciona explicitamente a de gestão de pessoal. Este tema, a ser retomado mais tarde, se constitui num desnecessário entrave de gestão autônoma que, especialmente nas Universidades Federais, mas também nas estaduais vem cerceando a possibilidade de exercer com propriedade o poder funcional derivado onde a sociedade transfere para a universidade uma missão precípua: pesquisa, ensino e extensão (a ordem dos fatores é minha!). As implicações da autonomia de gestão de pessoal devem ser discutidas, mas, a aceitação do conceito não dá lugar a estatutos de pessoal idênticos a os do serviço público.

Os compromissos com uma gestão eficaz e eficiente da coisa pública, em função de metas definidas, e um orçamento mínimo vinculado a essas metas constituem um outro componente da autonomia. É necessário explicitar aqui que as metas são as de uma universidade pública, no estrito conceito de universidade definido acima. Necessário porque, no calor do debate ideológico, palavras como gestão da coisa pública, metas, e orçamentos na universidade pública são muitas vezes identificadas com as mesmas palavras em outras categorias institucionais e descartadas destarte. Outro componente da autonomia apresentado no texto se refere a o que eu posso chamar, genericamente, como transparência social onde incluo o controle do cumprimento das metas e a avaliação. O tema da governabilidade é tratado de forma a garantir que o sistema possa ser gerido mantendo, ao mesmo tempo, a liberdade dos componentes e a harmonia do sistema.

E ao tratar de governabilidade, o Jacques Marcovitch nos brinda com um texto onde analisa uma pesquisa de opinião. Consultadas vinte e sete universidades do mundo todo, distribuídas por todos os continentes e incluindo muitas de classe internacional, não se encontrou um caso em que a eleição direta fosse recomendada. De novo não posso deixar de mencionar outro artigo que escrevi há mais de dez anos "Eleições Diretas e Corporativismo" onde afirmava que "Não existem, que eu saiba, exemplos onde uma Universidade dirigida por reitores eleitos diretamente faça melhor pesquisa ou sirva de modo mais eficiente à sociedade que a mantém. E adicionava "ficaria eternamente grato se alguém pudesse mencionar os exemplos que conhece". Continuamos a esperar.

Simon Schwartzman trata da "USP e a Questão Universitária no Brasil". Ao fazê-lo, se pergunta se os ideais da criação da USP ainda valem e, para não manter a ilustre platéia no suspense, conclui que "a USP é uma das poucas instituições no país que tem as condições intelectuais, materiais e políticas de aceitar e vencer o desafio de se tornar uma universidade de classe internacional". Ao tratar do ensino superior e o modelo único, mencionado anteriormente, nos coloca que a discussão sobre universidades "parte de um pressuposto falso, que é a homogeneidade dos sistemas de ensino superior, pensados, no imaginário da sociedade, como uma entidade única: a Universidade". O componente conservador da oposição à diferenciação do modelo aparece quando o texto assinala que: Já em 1960 "o processo de diferenciação de fato era resistido por um movimento que unia professores, governantes, estudantes e sindicatos, e que ficou consubstanciado no famoso mote da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão". Esta indissociabilidade bem pode-se aplicar para uma universidade, especialmente se for autônoma e pública, mas qual a racionalidade de aplicá-la a todo o sistema de ensino superior? Ou ainda, porque tratar como progresso inevitável a transição de uma Escola Comunitária na marcha evolutiva para se transformar numa universidade de pesquisa. Como se o papel social dessa Escola fosse naturalmente evoluir nessa direção e como se uma Escola desse tipo não cumprisse um papel social que exige respeito. Na seqüência o texto trata da realidade mundial ao afirmar que "no resto do mundo, o tema não é mais o da inclusão igualitária, mas o da diferenciação e que um dos elementos desta diferenciação é a vontade de todos os países do mundo de ter uma universidade de classe internacional". O autor exagera ao assumir que essa vontade se aplica a todos os países do mundo. Ao tratar das características de uma universidade deste tipo veremos que poucas destas características são contempladas na discussão do Pré-Projeto de lei sobre a reforma e, com as exceções de praxe, poucos debates se debruçam sobre este tema no Brasil. Uma pesquisa recente feita na Inglaterra, que não contempla nenhuma universidade brasileira dentre as duzentas universidades de classe internacional no globo, sequer mereceu um comentário público. Dentre as duzentas existem muitas, que eu conheço, que sequer se aproximam a instituições brasileiras como a USP. O silêncio, também neste caso, pode indicar que a vontade de ter uma universidade de classe internacional não está internalizada em nosso país, apesar de tê-la.

E que são, para Schwartzman as Universidades de classe internacional. Nelas se desenvolve *ciência e tecnologia, mas também cultura, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e no mundo. Elas devem formar professores, diplomatas, altos funcionários, políticos, jornalistas, historiadores. Elas devem servir de*

ponte de contato e comunicação entre o país e o mundo e servir de padrão de referência de qualidade e relevância para outras instituições. Finalmente as universidades de classe internacional são a única maneira inteligente de lidar com a globalização crescente do ensino superior. O texto do Schwartzman lista as características de uma universidade de classe internacional. É conveniente analisá-las para observar que muitas delas, mas não todas, fazem já parte de algumas universidades públicas brasileiras. A *Pesquisa de qualidade internacional* caracteriza muita da nossa atividade nesta universidade e, portanto, nesta casa, não seria necessário adicionar nesta característica. Apesar dos debates costumeiros sobre parâmetros de avaliação e especificidade de áreas do conhecimento existe na USP pesquisa de qualidade internacional em todas as áreas. Claro que poderemos sempre fazer melhor, mas a afirmação anterior ainda vale. Para manter esta condição *é necessário ter excelentes Professores, condições de trabalho e remuneração suficiente para atrair os melhores talentos.*

Liberdade de pesquisa, ensino e expressão. Este conjunto de liberdades acompanha a USP desde a sua criação. Esta liberdade não deve se limitar aos temas de especialidade de cada professor, mas deve incluir a liberdade de expressão e manifestação sobre temas mais amplos de interesse de toda a sociedade.

Autonomia acadêmica na definição de temas, prioridades de currículo, processos de contratação e demissão, bem como critérios de concessão de diplomas. A infra-estrutura necessária, bem como o financiamento requer apóio financeiro substancial e permanente do setor público.

Outra característica é o *cosmopolitismo e a diversidade*. Professores e alunos podem e devem ser formados e provir no/do mundo. Universidade de nível internacional tem que estar abertas a pessoas de diferentes origens culturais e sociais e abrir espaços para o surgimento de novas lideranças. E o surgimento de novas lideranças é, também, uma das poucas ferramentas que pode garantir a democracia no futuro em nosso continente. Permanecendo em nosso país, sem querer pensar hoje de manha na Bolívia, no Peru ou no Equador, é claro que a incorporação de segmentos sociais antes excluídos na prática da prática democrática requer novas lideranças e é também claro que estas deveriam também refletir a riqueza social e étnica que caracteriza o nosso país. E neste ponto é imperioso diferenciar a inclusão social no ensino superior da diversidade necessária para constituir uma universidade de classe internacional. Arriscando ser repetitivo, mas consciente da necessidade de clarificar conceitos, reafirmo que é iníquo um país onde somente nove por cento da população na faixa etária entre 17 e 25 anos tem acesso à educação no nível

superior. Inclusão significa elevar esta percentagem para atingir pelo menos 30% na próxima década e que este propósito somente se poderá atingir por uma radical diferenciação do sistema de ensino superior e o uso intensivo de tecnologia. As universidades de classe internacional constituem uma pequena parte do sistema e a política de inclusão tem, nelas, outro propósito, o de se manter diversas para manter a sua condição. Assim as políticas de inclusão no sistema de ensino superior e nas universidades de classe internacional devem ser necessariamente distintas. Nestas a procura pró-ativa pelo talento em todas as classes, e todas as etnias deverão ser a marca. Já no sistema de ensino superior como um todo, a inclusão é paralela à expansão.

O papel central das Universidades de classe internacional nos sistemas nacionais de pesquisa fundamental, tecnologia e inovação é tratado pelo Carlos Henrique Brito Cruz na sua apresentação sobre Pesquisa e Universidade. Destarte o conferencista trata da Universidade como *um lugar do conhecimento*. Claro que “o mundo todo está aprendendo que as sociedades que conseguem se desenvolver mais são aquelas que conseguem ter o trabalho com o conhecimento disseminado em todos os lugares da sociedade, a universidade é um desses”. Adiciona, para situar o papel da universidade nessas sociedades, que “a força da universidade não está na sua capacidade de pretensão monopólio do conhecimento, mas está na sua capacidade de gerar certo tipo de conhecimento e ter habilidade de trabalhar com ele e principalmente educar pessoas para fazer isso”. Sustentado por um extenso conjunto de dados sobre investimento em pesquisa, desenvolvimento de tecnologia e inovação (PDI) Brito Cruz mostra o papel central do Estado no financiamento da pesquisa fundamental no mundo todo. Nos lembra, com precisão, que em PDI o grande diferencial que separa o Brasil de países de maior grau de desenvolvimento se centra na quantidade de investimento privado. Mostra, também, que em países desenvolvidos as empresas investem majoritariamente nas próprias empresas, e que a contribuição empresarial à pesquisa nas universidades é marginal. Ao descrever o crescimento da produção de ciência fundamental no Brasil, acompanhado de um aumento bem menos significativo do número de patentes, o conferencista relaciona este fato com a falta de PDI nas empresas. Este argumento serve com base para mostrar que as universidades estão fazendo seu papel, que é formar pessoas treinadas na produção do conhecimento.

A relação entre as necessidades de geração do conhecimento, da empresa ou de segmentos da sociedade, e a universidade pode se fazer mantendo a identidade de cada segmento. Esta relação não pode, por outro lado, atentar contra a liberdade acadêmica ou a

autonomia da universidade. Existem exemplos claros onde estas ações resultaram numa perda do próprio ethos universitário e, por consequência, na desapareção da instituição. Ainda que esta análise possa parecer alarmista é essencial que se considere com seriedade. A instrumentalização da universidade seja para se colocar exclusivamente a serviço das empresas ou, no outro extremo, para intervir diretamente na sociedade, é um objeto de discussão social e, também um aspecto potencial do anteprojeto de reforma universitária. *Pesquisa acadêmica é fazer a eletricidade, é fazer física quântica, é fazer a estrutura do DNA.* A lógica da pesquisa, do desenvolvimento de produtos e tecnologia e da inovação nas empresas é distinta. A reconhecida necessidade de aplicar conhecimento na intervenção social direta é, também, diferente da forma em que se cria conhecimento na universidade. Tanto a empresa quanto a intervenção social precisam dos formados por uma universidade que, através da criação de conhecimento, fornece um ensino diferenciado.

Expansão, diferenciação e inclusão dependem de financiamento. É este o tema que Jacques Schwartzman traz para o debate no seu trabalho sobre O financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Num trabalho rico em dados, o autor nos lembra da existência de 1637 instituições de Ensino Superior no Brasil, dentre as quais 162 denominadas universidades. Já a denominação traz algumas perguntas: é possível definir uma instituição como universidade? A quem serve esta definição ou, posto de outra forma para que ela serve? O trabalho não entra nesta polêmica, mas os números exigem reflexão. Alhures, universidades são definidas usando critérios simples: qualidade e quantidade de pesquisa, amplitude das áreas de criação cultural, amplitude das áreas de formação de pessoal na graduação e na pós-graduação entendida como doutoramento. Estes critérios, alhures, não são centralizadores ou burocráticos, não são critérios de valor, mas, elementos de classificação. Ao aplicá-los distinguimos instituições, conscientes que do ponto de vista social, um sistema harmônico e diferenciado de ensino superior requer entidades distintas. Se aplicássemos estes critérios às 162 universidades brasileiras me pergunto quantas iam ficar nesta categoria. E essa pergunta não é gratuita, pois da resposta depende a manutenção do preceito constitucional sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que, em geral e com as exceções de praxe, sequer se aplica às universidades privadas.

O trabalho do Jacques Schwartzman nos informa que em moeda corrigida o aporte as IFES permanece constante em quase R\$ 8,4 bi desde 1995 (90% pessoal, ativo + aposentado). A percentagem do PIB investido no ensino superior no Brasil, quando comparado com outros países, é relativamente alto. O problema é que o PIB é baixo e a

quantia investida é muito inferior a dos países desenvolvidos e muitos de grau semelhante de desenvolvimento. Em adição o orçamento, especialmente nas universidades públicas federais, se destina essencialmente a pagamento de salários de ativos e aposentados, com pouca a nenhuma possibilidade de investimento e percentagens desprezíveis para operação. Apesar disso o ensino superior brasileiro é caro e o sistema não se expande.

Nos lembra Schwartzman que as IES públicas são regidas por leis que impedem fazer políticas autônomas de pessoal, gerando naturalmente ineficiência. Exemplifica mostrando que em 1990 todos os CLTistas se tornaram estatutários, estáveis e passaram a receber aposentadoria integral. Mérito só nas bolsas de produtividade do CNPq. Na graduação 46% dos recursos beneficiam os 10% mais ricos. Na pós é pior. Ao observar este novo elemento de concentração de renda, que se torna ainda mais concentrador na pós-graduação, o autor tem a coragem de se perguntar a quem serve a gratuidade do ensino superior nas instituições de ensino superior públicas. E fazendo cálculos simples demonstra que se trinta por cento dos alunos, isto é os que podem, pagassem o equivalente ao cobrado pelas universidades privadas o montante não seria desprezível quando comparado com a parte do orçamento destinado a investimentos e operação. E para ilustrar este pensamento lembro que o orçamento da USP para 2005 foi calculado em 1,84 Bilhões de Reais. Destes perto de 15%, isto é 260 milhões correspondem a custeio e investimento. Pois bem, se 33% dos alunos de graduação pagassem por ano a média das taxas cobradas pelas universidades privadas o orçamento de custeio e investimento das unidades de ensino e pesquisa dobraria. Durante a discussão que se seguiu a esta apresentação ficou evidente que um dos problemas reais é o temor generalizado que qualquer cobrança de taxas resulte em diminuição do aporte do Estado. Este temor é real e a situação das universidades públicas do Chile, onde o Estado depois da implantação de taxas aporta não mais de 25% é um exemplo ilustrativo e culturalmente próximo.

Como não podia deixar de ser, num país onde mais de 70% dos alunos de ensino superior estudam em estabelecimentos privados Schwartzman se pergunta qual o futuro destas universidades. A resposta oferecida é direta: o futuro das universidades privadas é incerto. O financiamento para pagar ensino superior privado é insuficiente e caro. Expansão do sistema privado só com mudança de sistema de financiamento, especialmente porque, como é evidente, o aumento de estudantes no ensino superior deve vir de justamente dos segmentos economicamente menos capazes de pagar.

Boa parte dos trabalhos apresentados neste ciclo converge para indicar que a inclusão social e a expansão do contingente de estudantes que tem acesso ao ensino

superior é um imperativo histórico. Cláudio de Moura e Castro nos convida a refletir sobre o Ensino de Massa: do Artesanato à Revolução Industrial. Na sua exposição reforça a idéia da necessidade de diversificação do sistema de ensino superior. Nesta diferenciação inclui concepções há muito discutidas entre nós, como por exemplo, as carreiras técnicas, onde se aprende fazendo e, as profissões desprofissionalizadas, onde se pode adquirir, mais do que conhecimento a flexibilidade e estrutura para continuar aprendendo. Mas, adiciona o elemento qualidade ao mostrar, detalhadamente que ensino estruturado, planejamento central bem como o uso intensivo de tecnologia pode conduzir a um ensino de massa de qualidade. Cláudio de Moura e Castro conclui que: "O ensino superior de massa não é uma opção para países como o Brasil. É uma inevitabilidade. A única pergunta relevante é se vale à pena o esforço de transformar o artesanato inflado em um processo industrial que possa gerar um ensino de melhor qualidade".

Com todos os condicionantes culturais, que neste caso são necessários, devo lembrar que existem exemplos onde ensino de massa a distância tem sucesso. A Open University da Inglaterra é, quiçá o melhor conhecido. Não posso entrar em detalhes descritivos de processos e mecanismos, basta dizer que recentemente, numa avaliação nacional sobre alguns cursos de graduação os alunos da Open University figuraram em quinto lugar, atrás de outras universidades conhecidas com Oxford, Cambridge e University of London. O segredo do sucesso da Open University é, como, aliás, vem sendo há mais de cinco décadas, usar a melhor tecnologia disponível e os melhores cientistas da Inglaterra para gerar os conteúdos. Deixo para reflexão o papel que a USP poderia ter neste exato contexto.

Sem pretensão de resumir toda a sua essência, percebo algumas linhas mestras que perpassam os textos.

Uma delas tem a ver com a absoluta necessidade de repensar o que se entende por ensino superior. E para isso se situar firmemente no Brasil, mas seguramente algo fora do presente, analisando as contradições do processo já passado e, sobretudo pensando no futuro. Nesta perspectiva, continuar a pensar que o modelo único, onde todo o ensino superior é, pretende ser ou quer se tornar numa universidade de classe internacional é uma afronta intelectual. Partindo de lugares diferentes, boa parte dos autores clama, como eu, pelo abandono da visão centralizadora e única que ao invés de construir futuros pode enterrar gerações. Despidos de preconceitos podemos ver que o modelo único não atingiu a massa, que o ensino de massa pode ter qualidade, que a tecnologia já existe, que é historicamente irresponsável condenar a maioria dos jovens brasileiros a pensar que o

ensino superior só existe nas novelas. Reconheçamos ao menos que modelos de diferenciação do ensino superior, que podem atender uma percentagem maior dos jovens, já foram implantados em muitos lugares do mundo. Aceitemos que ampliar o modelo presente carece de conexões com a realidade. Ensino superior técnico, Escolas comunitárias Superiores que formam em dois anos, cursos sequenciais e outras formas que podem aparecer se o cerco do imaginário legalista não continuar a cercear a nossa iniciativa criadora podem fazer mais que o fazer de conta que podemos dobrar o número de matrículas no sistema público atual sem dobrar o orçamento.

Outro tema, que como o fio de Ariadne percorre todo o labirinto intelectual, é o da autonomia da Universidade. Universidade entendida agora como uma instituição que sim precisa ter como ethos e pretensão a reflexão crítica. Autonomia, sem fazer de conta, com liberdade de realizar concursos com critérios acadêmicos aceitos universalmente e rechaçados pelo sistema público. Autonomia para decidir estruturas de carreira, salários e distribuição orçamentária que sejam convenientes para servir à missão da universidade e não a um conjunto de normas legais e infraconstitucionais desestruturantes. Autonomia se refere à universidade que se pretende hoje, ou amanhã, como classe internacional.

E nessa universidade, parte essencial, mas não única de um sistema de ensino superior, a pesquisa, a reflexão crítica, a criação artística são contemporâneas e universais. O Brasil está sempre presente. A universidade, um tema de reflexão permanente. Por isso, o ensino é diferenciado e a extensão nutre e fortalece a autonomia institucional.